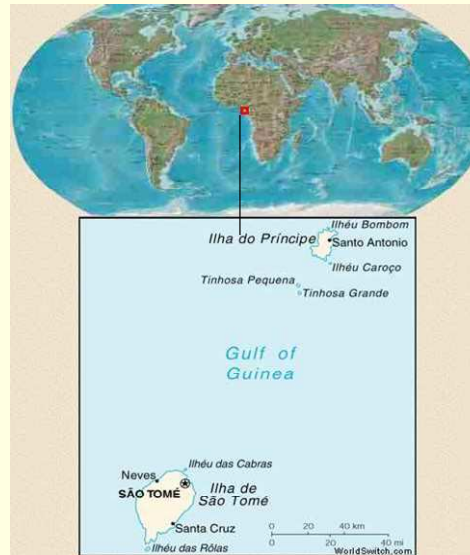


Preparação das informações nacionais sobre a situação de aprendizagem no Sistema de educação de adultos em São Tomé e Príncipe

1 – Visão do conjunto da situação do país

- Situa-se no Golfo da Guiné
- É atravessado ao sul pela Linha do Equador
- Possui 1.001 Km² (sendo 864 Km² da Ilha de São Tomé e 137 Km² da Ilha do Príncipe, distantes 150 Km uma da outra)
- População de 136.938 habitantes (censo 2001)
- Densidade populacional: 136,8 hab/Km² (censo 2001)



APRESENTANDO O PAÍS



➤ O país é dividido em seis Distritos: Água Grande - Mé-Zochi - Cantagalo - Caué - Lobata - Lembá na ilha de S. Tomé e uma Região Autónoma do Príncipe

➤ Independência: 12/07/1975

- É uma democracia com regime semi-presidencialista
- Taxa alfabetização: 67% (1995)
- Taxa escolaridade: 57% (1995)

APRESENTANDO O PAÍS

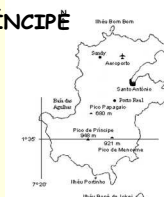
- A pobreza atinge 41% da população activa

- Sendo que 8% vive em condições de pobreza absoluta.

- A agricultura é a base da economia

- Existe uma grande dependência dos doadores internacionais

ILHA DO PRÍNCIPE



ILHA DE SÃO TOMÉ



I-A -A taxa de alfabetização é mais elevada no distrito de Água Grande com 75,1%, e é menos elevada em Caué com apenas 56,0%. As taxas brutas de alfabetização podem ser consideradas relativamente elevadas em todos distritos.

Em todos os distritos as taxas relativas ao sexo masculino são mais elevadas, pois, verifica-se uma diferença entre os sexos de 9,5% em detrimento do sexo feminino, que no meio rural apresenta taxas ainda muito baixas. A diferença entre os sexos é maior no distrito de Cantagalo, onde a taxa de alfabetização masculina é superior em cerca de 12% em relação à feminina, enquanto que nos outros distritos, a diferença é inferior a 10% segundo os dados apresentados por terceiro recenseamento da população e habitação em 2001 publicado por Instituto Nacional de Estatística.

Taxa Bruta de Alfabetização por sexo, segundo o meio de residência e Distrito (1991 / 2001)						
Local/ Região / Distrito	1991			2001		
	Total	H	M	Total	H	M
Urbano				72,4	75,7	69,3
Rural				67,1	71,8	62,2
Água Grande	81,6	41,9	39,7	75,1	77,9	72,5
Mé - Zóchi	75	41,1	33,9	70,1	74,6	65,7
Cantagalo	67,1	38,6	28,5	64,6	70,6	58,5
Caué	61,9	36,7	25,2	56	59,9	51,7
Lembá	64,3	37,3	27	61,4	66,6	55,8
Lobata	72,8	40,9	31,9	68,4	73,2	63,4
Príncipe	74,9	40,1	33	69,3	72,3	66,1

I-B – LINGUAS FALADAS

O processo de povoamento das ilhas de São Tomé e Príncipe conduziu à existência de várias línguas, resultado de um mosaico cultural num espaço territorial bastante pequeno.

Devido ao processo histórico de povoamento das ilhas e do processo de colonização num ambiente relativamente fechado, a língua do colonizador (Portugal) adquiriu, nesse contexto, um valor sociocultural particular.

Efectivamente, o português é, além da língua oficial de trabalho, usada na escola, portanto utilizada nos documentos oficiais, na comunicação, com maior número de utentes, sendo por isso, considerada como a língua materna da grande parte da população. Principalmente as populações citadinas e de zonas circundantes.

As línguas locais, utilizadas em paralelo com o português, são apelidadas de “Crioulo”, por terem fortes raízes na língua portuguesa, e, geralmente não são escritas. Dessas línguas destacam-se o “Forro”, o “Angolar” e o “Lunguié”.

II- POLITICA LEGISLATIVA E FINANCEIRA

1.1 – O subsistema de Educação de Jovens e Adultos destina-se à alfabetização e educação da população maior de 14 anos e à promoção dos valores culturais da mesma, permitindo-lhe uma progressiva participação na vida do país.

Este subsistema de educação compreende 4 níveis sequenciais, organizados da seguinte maneira:

1º Nível de alfabetização;

2º Nível de pós alfabetização;

3º Nível de ensino secundário básico;

4º Nível do ensino pré-universitário.

1.1a) – É de referir que no artigo 26.º, alínea i do decreto nº 2/2007 dentro da estrutura orgânica do XI Governo Constitucional cria nas estruturas, do Ministério da Educação Cultura Juventude e Desporto, uma nova Direcção designada “Direcção da Educação de Jovens e Adultos” (DEJA) tal como consta do diário nº 2 de 30 de Janeiro de 2007.

Esta nova Direcção tinha dentre outras funções preocupar-se com todas acções ligadas à educação de jovens e adultos.

1.2- Como uma instituição nova DEJA vai deparando com várias carências, sobretudo a financeira, embora haja uma forte preocupação do poder político em alocar uma verba própria por isso as limitações são bastante evidentes.

Mas entretanto, e paralelamente ao esforço de alocação de verbas, expedientes têm sido feitos no sentido de se encontrar uma parceria quer interna, quer externamente como forma de propiciar que os objectivos que estiveram na base do surgimento da DEJA sejam estritamente cumpridos. Importa por isso, destacar aqui a forte parceria com o governo brasileiro que, através da Agencia Brasileira de Cooperação “ABC”, tem permitido impetrar uma nova dinâmica de funcionamento do sector.

2. QUALIDADE DE APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

- Taxa de alfabetização a quando da independência era de 20%
- No período colonial a maioria da população estava fora do sistema educativo
- Com a independência houve uma campanha nacional pela erradicação do analfabetismo
- Entre 1976/80 Paulo Freire desenvolveu projecto de alfabetização em STP na localidade de Monte Mário
- Essa experiência permitiu a implementação do processo em todo o país

- Dez anos mais tarde a taxa de alfabetização de adultos era de 60%
- Houve no mesmo período um crescimento de 60% de matrículas no ensino primário
- Depois dos anos 90 notou-se um esmorecimento da campanha de alfabetização de adultos
- Em 2001 cerca de 43% da população tinha menos de 20 anos de idade
- A taxa média de crescimento populacional era de 2% ao ano

No ano 2001, e à luz da cooperação com a Agência Brasileira de Cooperação implementa-se como uma iniciativa piloto em que se experimentou, dez turmas, espalhadas por todos os distritos na ilha de S.Tomé e na Região Autónoma de Príncipe. Nesta altura conseguiu-se alfabetizar 250 pessoas.

Em STP a Alfabetização Solidária (ALFASOL) tem dentre os seus objectivos a diminuição dos índices de analfabetismo nos diversos locais do país.

É outro grande objectivo da ALFASOL institucionalizar uma política nacional de alfabetização e de educação de jovens e adultos. Saliente-se que esta iniciativa partiu de um ajuste de cooperação entre os dois países – Brasil/S.Tomé e Príncipe.

Essa experiência, considerada de positiva, permitiu a implementação e expansão de mais cem turmas no ano de 2002.

Nessa 2ª fase o Programa atendeu 2.750 pessoas em todos os distritos na ilha de S.Tomé e na Região do Príncipe.



2.2- Participação da DEJA

De 2001 a 2008 o Programa atendeu mais de 10 mil pessoas analfabetas, das quais 7661 se inscreveram em alfabetização e outras 2739 na pós alfabetização, tal como aludem os dois quadros seguintes.

Total de Alunos da Alfabetizados - Pela ALFASOL						
Ano	N.º Fases	Distritos	N.º de Turmas	Alunos Masculinos	Alunos Femininos	Total de Alunos
2001	1ª Fase	7	10	148	132	280
2007/2003	2ª Fase	7	100	1669	1006	2675
2005/2006	3ª Fase	7	100	1123	1025	2148
2007 /2008	4ª Fase	7	100	1175	1383	2558
TOTAL GERAL		7	310	4115	3546	7661

Total de Alunos que Frequentaram a Pós/Alfabetização				
Ano	Distrito	Efectivos de alunos/ Matriculados	Jovens e Alunos que Concluíram a 4ª classe	N.º de Turmas
2003	7	604	321	17
2004	7	1141	977	53
2005	7	1135	556	46
2006	7	544	360	30
2007	7	559	253	26
2008	7	582	272	28
TOTAL GERAL	7	4565	2739	200

Importa sublinhar que ao longo deste processo conviveu-se com o seguinte perfil dos alfabetizandos:

- Adolescentes de 15 a 17 anos.
- Jovens: 18 a 30 anos
- Adultos de 30 a 65 anos, a mais idade
- Sexo Masculino e Feminino.
- Trabalhadores (jardineiros, agricultores, camponeses, cambistas, pescadores, vinhateiros, palaiês, pedreiros, marceneiros, empregadas domésticas, carpinteiros, mecânicos, artesãos...). Nesse grupo destacava-se analfabetos absolutos e poucos escolarizados.
- Uma nota importante de se referir aqui é o facto de 50% dos atendidos no ALFASOL encontram-se matriculados em várias escolas secundárias do país, com maior predominância dos mais jovens.

- È de salientar que neste ano lectivo obteve-se uma matricula inicial no Ensino Secundário de 4669 estudantes.

Dist ^o	Escolas	5ª Classe			6ª Classe			7ª Classe			8ª Classe			9ª Classe			10ª Classe			11ª Classe			Total		
		M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
A. G	Liceu														445			183			530			1158	
	P Gambôa			45			36			68														149	
	P.Lum			142			188			345			333											1008	
MZ	Bombom	21	15	36	34	15	49	61	34	95	52	41	93	99	107	206							267	212	479
	Trindade	20	6	26	47	25	72	45	19	64	37	31	68	62	54	116							211	135	346
LOB	Guadalupe	6	2	8	21	11	32	27	16	43	35	9	44	30	22	52							119	60	179
	Desejada			24			46			73			67			86									296
	St ^o Amaro	16	8	24	30	16	46	57	16	73	36	28	64	46	40	86							185	108	293
LB	Neves	10	1	11	16	9	25	32	16	48	22	7	29										80	33	113
CANT	Santana	33	14	47	11	5	16	21	8	29	21	24	45	33	21	54							119	72	191
	R. Afonso			47			14																		61
	Água Izé	19	11	30	10	5	15																29	16	45
CAUÉ	Angolares	16	7	23	12	5	17	15	9	24	11	6	17										54	27	81
	P. Alegre	18	8	26																			18	8	26
Prínc.	Príncipe	6	9	15	14	14	28	28	11	39	14	6	20	39	32	71	15	22	37	13	21	34	129	115	244
S.T.P		165	81	362	195	105	396	286	129	901	228	152	780	309	276	1116	15	22	220	13	21	564	1211	786	4669

2.3 PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Para implementação das 100 turmas, tornou-se necessário organizar recursos humanos - coordenadores distritais - que tinham como atribuição fazer a coordenação técnica e pedagógica nos distritos, recursos materiais e infra-estruturas (salas de aulas).

Para garantir o sucesso das diversas actividades programadas foi necessário a realização de encontros quinzenais com a supervisão da coordenadora geral que por sua vez permitiu aos coordenadores distritais melhorar as condições técnico-pedagógicas de apoiar os professores no terreno. Recorde-se que no final de cada período realizava-se uma avaliação para apurar o desempenho de cada um alfabetizando ao longo de uma determinada etapa.

De uma maneira geral a Direcção de Educação de Jovens e Adultos efectuou visitas de controlo e aferição de resultados.

2.4 - SITUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES

Anualmente o Programa de alfabetização em São Tomé e Príncipe atende a 100 turmas com média de 25 alunos cada. Cada fase tem uma duração de 12 meses. Como exemplo obteve-se no ano 2007/08 uma matrícula de 2558 alunos sendo 1175 masculino e 1383 feminino com idades compreendidas entre 15 e 65 anos, com dois casos a destacar de 72 e 74 anos

- Foi também realizado concurso para a selecção de alfabetizadores e coordenadores. Efectuou-se formação contínua, primeiramente para os dez coordenadores distritais e depois para 150 alfabetizadores, uma acção que acontece geralmente no princípio de cada ano lectivo com base nas metodologias e os pressupostos teóricos de encaminhamento prático do trabalho de alfabetização de adultos. O encontro quinzenal realizado também serve de capacitação dos coordenadores e alfabetizadores.

3- INVESTIGAÇÃO INOVAÇÃO E PRÁTICA IDÓNEAS

3.1 Investigação no campo de aprendizagem de adultos

De referir que o público-alvo é muito heterogéneo, todavia, encontra-se alfabetizando com vontade de aprendizagem e outros com menos vontade por razões diversas. Outros ainda abandonam a escola por razões de extrema pobreza a que estão sujeitos. A estes fenómenos alia-se o conflito familiar (entre marido e mulher) que impede que as mulheres principalmente não assistam as aulas. Outro grupo que se pode encontrar

nas comunidades rurais com muitos filhos pequenos e desnutridos. Nas comunidades rurais o índice de analfabetismo é mais acentuado por falta de informações, problema sócio-cultural e políticos impedindo assim uma boa aprendizagem consequentemente na lenta redução do analfabetismo.

Existem várias situações que testemunham os resultados positivos dessa iniciativa:

- a) Mulheres/mães que, aprendendo a ler e escrever, dão melhor educação aos filhos, e até chegam a subscrever os resultados dos testes dos filhos de forma a tomar medidas correctivas caso seja necessário.
- b) Aos trabalhadores, garantiu-lhes o emprego que tinham em risco, porque concluíram a escolaridade básica obrigatória que não possuíam.
- c) Permitiu que muitos jovens e adultos alfabetizados não assinassem mais seus documentos com a impressão digital
- d) O ALFASOL permitiu a abertura de cursos nocturnos a nível do secundário nas regiões rurais mais distantes, como é o caso de Lembá e Cantagalo. Permitiu também, que muitos jovens não registados recorressem ao Registo Civil para declararem sua identidade, sobretudo, nas regiões mais desfavorecidas.
- e) Proporcionou troca de experiências entre professores universitários e os formandos de São Tomé e Príncipe.
- f) Registou-se alguma mudança de comportamento daqueles que foram alunos do Programa.
- g) Embora sem dados estatísticos, julga-se que aumentou consideravelmente o índice de pessoas alfabetizadas em todo o País.
- h) Com a implementação do programa, verificou-se uma procura crescente pelo saber por parte dos jovens e adultos.
- i) As várias formações continuadas realizadas pelas missões brasileiras, ajudou a banir o uso do método tradicional no ensino de adultos.

3.2 Inovação e Exemplos de Práticas Idóneas

Neste capítulo aproveita-se para enaltecer algumas experiências, sobretudo, das zonas rurais, isto é, dos agricultores depois de serem alfabetizados o que lhes facilitou a não serem mais enganados. Passaram a pesar os seus produtos agrícolas e a efectuarem contas com os compradores, etc.

4- ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

A Alfabetização em São Tomé e Príncipe” é um projeto de cooperação técnica na área de alfabetização de jovens e adultos, firmado entre o governo do Brasil e de São Tomé e Príncipe e executado com a contribuição da ONG brasileira Alfabetização Solidária.

Foi efectuado um ajuste complementar ao acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica celebrado entre o Governo de S Tomé e Príncipe, na área de Educação, para a implementação do projecto (ALFASOL) no País, firmado em 30 de Julho de 2001 e emendado em 2 de Novembro de 2003, com o objectivo de:

-Promover a educação de jovens e adultos de modo a contribuir na erradicação do analfabetismo em S.T.P;

-Por outro lado promover ampliação da autonomia pessoal e a redução da pobreza da população santomense a partir do domínio da leitura e escrita da língua portuguesa;

-Desenvolver capacidade em várias áreas profissionais, sobretudo, na gestão dos seus negócios.

-As ações abrangem todos os distritos do país, prioritariamente nas comunidades rurais onde o índice de analfabetismo é mais elevado.

5 EXPECTATIVA AO RESPEITO DA VI CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

- Alfabetização Funcional.
- Criação de Centros Comunitários.
- Educação de base alternativa para jovens, (EBA) menores de 18 anos.
- Alargamento da pós alfabetização até a 6ª classe, como escolaridade básica.
- Alfabetização funcional direcionado às mulheres mães de família analfabetas no âmbito micro empresarial.
- Criação de bases para a sustentabilidade das acções formativas conduzidas pela equipe nacional.
- Elaboração de currículo específico para a educação de adultos.
- Elaboração de instrumentos para o ensino da língua oficial (materiais para aluno e alfabetizador) adequados à cultura e realidade santomense.

S Tomé, 2 de Outubro de 2008.

Os Redatores: Felisberto Viegas e Helena Bonfim